

Uma fábrica de vantagens

BRASÍLIA — O Grupo Brasileiro de União Interparlamentar é um dos vários órgãos criados no Congresso para formar caixa e beneficiar deputados e senadores. Assim como o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), recém-envoldido no escândalo que pode custar o mandato do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), também movimentam milhões de cruzados novos provenientes da contribuição de parlamentares e da aplicação no mercado financeiro. No caso do IPC, os parlamentares preparam suas aposentadorias proporcionais ao tempo de contribuição; na União Interparlamentar, viagens pelo mundo afora nos meses de abril e de setembro.

Conforme o estatuto do Grupo União Interparlamentar, só pode participar de uma viagem ao exterior o senador ou deputado que tiver contribuído durante pelo menos um ano. O valor cobrado de cada um corresponde a 10% do subsídio variável (auxílio-moradia, telefone, passagens e correios, entre outras vantagens), o que representa, em valores atuais, cerca de NCz\$ 840 mensais. A cobrança dos 10% não é compulsória. Os deputados do PT e do PC do B,

por exemplo, não contribuem com o Grupo — e não viajam. A diária de viagem é de US\$ 220.

De acordo com os estatutos do Grupo União Interparlamentar, apenas os deputados e senadores têm direito à passagem aérea e à diária. Acontece que as passagens dos cônjuges são compradas com o dinheiro do Grupo a título de empréstimo, pago em prestações. Como os parlamentares hospedam-se nos hotéis em apartamentos separados e geralmente não viajam sós, acabam dividindo as diárias.

A presidência do Grupo Interparlamentar pode levar convidados, que recebem a mesma diária paga a deputados e senadores. A comitiva que está em visita a Londres incluiu o jornalista Ary Ribeiro, funcionário do Senado e repórter de **O Estado de S. Paulo**, tem suas despesas pagas. Ele pagou a passagem da mulher.

O Grupo Interparlamentar, filiado à União Interparlamentar Internacional — que promove congressos anuais — foi regulamentado em 22 de junho de 1955, por ato do então presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz.